

# Aula 13

## O PORTUGUÊS DO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII

### **META**

Mostrar como aconteceu o processo de difusão da língua portuguesa no Brasil.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:  
definir o percurso histórico, em sua generalidade, do domínio lingüístico português na América;  
descrever a feição inicial da implantação da língua portuguesa no Brasil;  
reconhecer as principais influências que a língua portuguesa experimenta em contato com o Novo Mundo.

### **PRÉ-REQUISITOS**

A aula número 12 – A projeção da língua portuguesa no Novo Mundo: aspectos lingüísticos e culturais.

**Antônio Ponciano Bezerra**

### INTRODUÇÃO

Oficialmente descoberto no ano de 1500, pelo navegante português (e sua frota) Pedro Álvares Cabral, o Brasil se torna um campo aberto, desde então, à emigração lusa que se sucede ao longo de todo o processo de colonização e se estende também às décadas após a Independência (em 1822).

Ver glossário no final da Aula

No entanto, vale ressaltar que, de fato, a colonização só teve início em 1532, com a definição das **Capitanias Hereditárias**. Chegando ao Brasil, os portugueses não encontraram o território desabitado, mas densamente povoado por várias tribos indígenas que se expressavam em línguas e variantes lingüísticas cujo tronco remetia à família tapuia ou tupi-guarani (grupo étnico mais importante do litoral brasileiro e segundo idioma de muitas das tribos habitantes do interior do território). Todas essas tribos indígenas, em relação ao estágio sócio-cultural do colonizador, se encontravam em situação bem distinta, uma vez que os historiadores apontam como vivendo ainda no estágio histórico-cultural denominado por “**idade da pedra**”, mas muito bem adaptados ao meio físico peculiar do seu país de berço.



Desembarque de Cabral no Porto Seguro - Oscar Pereira da Silva - Museu Paulista - SP.

### LÍNGUA

O professor Serafim da Silva Neto, em uma obra consagrada à história do português no Brasil, intitulada “Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil”, estabeleceu três fases para a sua história externa. Ao longo dessas fases, pode-se observar a composição da população brasileira, através das contribuições legadas pelo europeu colonizador, pelos nativos e pelos povos africanos que aqui chegaram como escravos para o trabalho pesado. No sentido de uma maior preponderância, como veremos mais à frente, o português se destaca por motivos militares e civilizatórios.

Temos assim: a primeira fase (1532 – 1654) que se limita do início propriamente dito da colonização até a expulsão definitiva dos holandeses do território brasileiro; a segunda fase (1654 – 1808) que vai da expulsão dos holandeses, com o conseqüente incremento da emigração do reino para a colônia, à chegada do Príncipe Regente e da corte portuguesa ao Rio de Janeiro; a terceira fase (1808 até hoje) – com a transferência da corte para o Rio de Janeiro e transformação dessa cidade na capital do mundo português, incluindo aí o estágio atual.

Então, a decisão que os portugueses tomaram, ocasionou um processo de emigração de milhares de povoadores que colocou em choque, face a face, duas culturas: a dos europeus e dos nativos habitantes da terra “descoberta”. Na primeira fase, em que é escasso o elemento europeu e em que domina o elemento nativo desbravador do sertão que conhecia a fundo, dá-se o primeiro contato inter-racial, com o predomínio do **mameluco** bilíngüe. Nessa fase, a língua portuguesa, como observa o professor Serafim, se constrange entre as alterações e a rejeição, num ambiente simples e tosco, mas isso não impede que, em outros lugares como em Pernambuco e na Bahia, o português não fosse estudado por funcionários, letrados e senhores de engenho.

Essa situação de confronto de duas etnias distintas conduz, inevitavelmente, a se desenvolver todo um processo de **aculturação** próprio do contato direto e contínuo das duas culturas em jogo, o que resulta, com o passar do tempo, em mudanças nos padrões e nos hábitos lingüísticos e culturais de ambos os grupos étnicos em interação.

No início da colonização, como vimos acima, os indígenas levavam, pelos menos, duas vantagens substanciais, como muito bem frisa o professor Serafim: “eram superiores em número e seus modos de vida estavam ajustados ao ‘habitat’”. Por esses dois motivos puderam passar aos conquistadores – apesar de mais bem dotados pela situação social e pela civilização – muitos traços de sua cultura”.

Fez-se, então, necessário que os colonizadores, nesses primeiros tempos, aprendessem a língua mais comumente falada na costa brasileira. Essa modalidade de língua chegou até a atualidade com o nome de língua geral. A noção de língua geral, como vimos em uma aula anterior, serve de veículo de comunicação e funciona como “língua franca”. Neste caso brasileiro, serve, a princípio, à interlocução dos próprios indígenas povoadores da costa do Brasil com os seus vizinhos do interior, depois esse instrumento é usado no intercâmbio sociolingüístico entre nativos e colonizadores e ainda entre os mestiços (filhos de europeus com nativas brasileiras), que, muitas vezes, só se expressam na língua de suas mães.



Mapa da extração de pau-brasil (Fonte: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br>).

No entanto, haveria de caber ao colonizador europeu (o português), em virtude de sua superior condição técnica, seu poder bélico (militar), suas estratégias avançadas de dominação política, seu uso e manejo de armas poderosas para a época, o abuso da força bruta e da violência e seu elevado estágio intelectual, ter a posse territorial e a difusão maciça, entre os nativos, de seus padrões de cultura e impor a sua própria língua (língua portuguesa), como veículo civilizatório essencial.

Nos primórdios da colonização, esse fato é testemunhado pelo jesuíta Padre Anchieta, ao se referir às aldeias da Bahia, onde curumins e cunhatins – meninos índios – eram instruídos na língua portuguesa, a qual, segundo ainda esse mesmo padre, aprendiam bem e falavam com muita graça. Convém ressaltar que o colonizador, por força do seu próprio ofício e por necessidade de comunicação, teve de ser levado a aprender a língua geral falada pelos nativos, como já aludimos antes, em toda a costa brasileira.

Com o desenrolar da colonização e dos trabalhos de missionários jesuítas, com a sua função de catequese dos nativos, a língua dos indígenas se submete a uma feição artificial, chegando mesmo a assumir uma forma escrita, produto de uma adaptação realizada pelos jesuítas que a utilizavam nas suas pregações evangelizadoras da população nativa. Numerosos vocábulos, sobretudo, os que deveriam exibir uma significação abstrata, foram cunhados (compostos) pelos padres jesuítas para o ensino da doutrina cristã: *ibará-turyba* = céu; *caray-bêbê* = anjo; *angatecô* = alma pecadora; *tecôayba* = pecado; *yimboêçaba* = oração. As palavras portuguesas que designavam animais, objetos e artefatos introduzidos pelo colonizador no cotidiano e nos costumes dos nativos aparecem alteradas como: cavalo, porco, pano, papel, livro, cruz. Todas elas têm, respectivamente, as formas: *caburu-cavuru*, *purucu*, *pana*, *papera*, *libru* ou *ribru*, *curuzu*. O mesmo ocorria com designativos de metais como: a prata: *itá-tinga*; o ouro: *itá-yúba*; aço: *itâétê*; diamante: *iteberaba-êtê*; chumbo: *itamambeca*. Apesar dessa situação de convívio pacífico entre o português e o tupi, havia de chegar o momento (como chegou) em que o português se impôs como língua majoritária e se propagou por todo o território como idioma oficial único. A esse respeito, observa o professor Clóvis Monteiro:

Teve então o tupi sua existência limitada aos ínvios sertões, às remotas paragens para onde tinham recuado, em busca de refúgio, as tribos insubmissas. Não desapareceu, porém, que não deixasse, nas denominações geográficas e no uso popular, os traços indelévels do prestígio que tivera e do papel que representara na fundação dos primeiros alicerces de nossa sociedade.

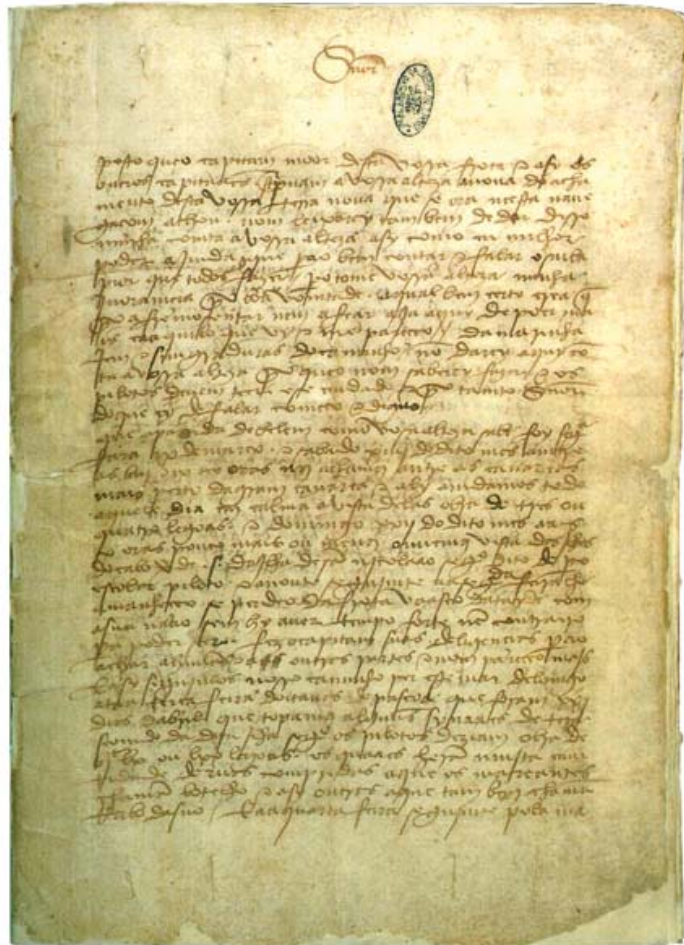
Entre a segunda metade do século XVI e todo o século XVII, vamos contar com um contingente expressivo de informantes, cronistas, missionários, naturalistas: Pero Vaz de Caminha (sem data de origem ou de morte, supõe-se que nasceu por volta de 1450), autor da primeira “Carta” de achamento do Brasil (a Carta de Caminha), dirigida ao Rei D. Manuel II, de Portugal; Pero de Magalhães Gândavo (sem data de origem, morre em 1576), autor de obras históricas como “História da Província de Santa Cruz”, publicada em 1576, e “Tratado da terra do Brasil”, esta publicada em 1826;

Gabriel Soares de Souza (1540-1592), cronista, autor da obra “Tratado Descritivo do Brasil”, de 1587; Frei Vicente do Salvador (entre 1564 e 1639), autor de uma “História do Brasil”, considerado o primeiro historiador brasileiro, obra publicada em 1889; Fernão Cardim (1540-1625), autor das obras “Do clima e terra do Brasil” e “Do princípio e origem dos índios do Brasil”; Padre José de Anchieta (1534-1597), além de evangelizador dos silvícolas, escreveu poesias em latim, português, espanhol e tupi e numerosos autos bilíngües – português e tupi -, autor de uma gramática da língua geral intitulada “Artes de gramática da língua mais falada na Costa do Brasil”, de

1595; Padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), autor do célebre “Diálogo das grandezas do Brasil”.

Em todos esses autores, há um vastíssimo registro de vocábulos de origem tupi (e como veremos mais adiante, na aula seguinte, com mais detalhe) e também de procedência africana, que, aos poucos, foram-se incorporando ao léxico português. Na costa brasileira, o idioma português competiu com os falares nativos de base tupi-guarani até o século XVIII. Nos autores referidos acima, primeiros escritores sobre a realidade ambiental brasileira, já fazem aparição vocábulos como caju, cutia, jurubeba, curupira, acauã, tapera, maracá, tatu, jaú, capim, maracujá, arara, pajé, capivara, jaboticaba, araponga, mingau, jacarandá, peroba, pitanga, jacaré, taboca, guabiroba, cipó, anum, aracá, mandioca, jararaca, mutuca, jenipapo, conforme a observação do professor Segismundo Spina.

Esse mesmo professor nos fala que, em pleno século XVII, Gregório de Matos, considerado o maior poeta do barroco brasileiro, escreveu três sonetos dirigidos aos denominados, na época, **Caramurus** da Bahia, em que satirizam essa camada social por enaltecer-se de sua ascendência tupi e ainda ironizam o uso de uma modalidade de linguagem “eivada de termos nativos, que, na época, tinha foros de língua falada”. Vejamos um dos sonetos:



Carta de Pero Vaz de Caminha (Fonte: <http://upload.wikimedia.org>).

### Aos Caramurus da Baía

Um calção de pindoba, a meia zorra,  
Camisa de urucu, mantéu de arara,  
Em lugar de cotó, arco e taquara,  
Penacho de guarás, em vez de gorra.

Furado o beijo, sem temer que morra  
O pai, que lho envasou c'uma titara,  
Porém a mãe a pedra lhe aplicara  
Por reprimir-lhe o sangue que não corra.

Alarve sem razão, bruto sem fé,  
Sem mais leis que a do gosto, quando erra,  
De Paiaia tornou-se em abaité.

Não sei onde acabou, ou em que guerra:  
Só sei que deste Adão de Massapé

Procedem os fidalgos desta terra.

Vejamos o vocabulário: pindoba: nome genérico da palmeira ou coqueiro, usada pelos índios na cobertura de suas habitações (ocas); meia zorra: um tipo de pão, usado neste soneto em tom de sátira, como é comum no gênio de Gregório de Matos; urucu: fruto de cuja polpa se extrai uma tinta avermelhada, com que os índios pintavam o corpo e as peças do vestuário; mantéu de arara: saio feito com penas de arara; cotó: faca de mato; taquara: flexas de cana, de mabu; guarás: ave, conhecida popularmente por flamingo ou gansão; gorra: barrete; titara: nome de certas palmeiras assim chamadas na Bahia, por jacitara, de cuja casca, semelhante ao junco, se fazem coberturas de cadeiras; alarve: homem grosseiro, abruilhado; paiaia: o mesmo que pajé ou piaga, feiticeiro, índio velho, autoridade da tribo; abaité ou Abaeté: medonho, horrível, gente feia, repelente; massapé: solo argiloso, escuro, muito fértil, comum na Bahia.

Mesmo que a influência lexical e as numerosas interferências fonéticas do tupi tenham atingido o português, como presenciamos acima, já nos finais do século XVIII, a língua portuguesa suplanta o seu competidor: o tupi (a língua geral ou **nheengatu**) e, ao lado da influência das línguas nativas presente, sobretudo, em acidentes geográficos (montanhas, rios, baías ou cidade, estados, flora, fauna, antroponímia), o afluente africano, que será tema da próxima aula, vai-se impor nos séculos subseqüentes.

### CONCLUSÃO

Como pudemos acompanhar, a difusão da língua portuguesa no Brasil seguiu de perto o itinerário da colonização. Des-de de “achada a terra” que o reino português cuidou de suas “expedições exploradoras”. Como não podia deixar de ser, a colonização e o povoamento aconteceram do litoral (costa) para o interior do território.

Nesse trajeto, o português entrou em contato com os falares nativos de base tupi-guarani e se vê, sobretudo, em relação ao que se denominou de “língua geral” em situação de confronto. No início, como era de esperar, a língua portuguesa sofre uma significativa pressão, uma espécie de ofuscamento, da língua nativa, que a colocou em segundo plano, favorecendo, assim, ao florescimento de um estado de bilingüismo e/ou de desenvolvimento de um falar crioulo que, posteriormente, é superado, quando o português recupera o seu prestígio de língua internacional, língua do colonizador, portanto, veículo oficial de transmissão da cultura importada e das demandas da colonização.



Povos indígenas brasileiros (Fonte: <http://www.arikah.net>).





## RESUMO

A partir da segunda metade do século XVI, a expansão portuguesa começou a trilhar um novo caminho, isto é, os interesses portugueses se deslocaram para o Brasil. A maioria dos estudiosos dessa primeira fase da colonização da América portuguesa (1532-1634) afirmam que à medida que declinava o interesse luso pelo Oriente, intensificava-se a colonização no Brasil, a ponto de a colônia passar a ser considerada uma extensão de Portugal.

As classes dirigentes da colônia vinham estudar em Portugal e a imprensa era portuguesa. No ambiente das cidades ou das grandes povoações, predominava o uso da língua portuguesa. No entanto, as línguas autóctones, nativas, não poderiam deixar de interferir sobre a evolução do português no Brasil e, apesar de muitas etnias indígenas terem sido eliminadas ou afugentadas para o interior, o contato luso-indígena, como vimos antes, nesta mesma aula e vamos aprofundar na aula seguinte, foi uma realidade de que o movimento das “bandeiras” serve de testemunho, pois registra-se uma integração entre portugueses e nativos a resultar em muitos mestiços, que trouxeram para o convívio dos colonos as suas línguas maternas, nomeadamente, o tupi.



## PRÓXIMA AULA

Mais adiante você conhecerá as contribuições lingüísticas do afluente africano no português do Brasil

## REFERÊNCIAS

- CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. **Histórica e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Liv. Padrão Ed., 1975.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1976.
- CUNHA, Celso. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FENAME, 1972.
- ELIA, Sílvio. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: Ática, 1989.
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da. **O português entre as línguas do mundo**. Coimbra: Liv. Almedina, 1985.

- HOUAIS, Antônio. **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.
- MONTEIRO, Clóvis. **Português da Europa e português da América**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença-MEC, 1976.
- SILVEIRA, Souza da. **Lições de português**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1972.
- SPINA, Segismundo. **História da língua portuguesa – III – Segunda metade do século XVI e século XVII**. São Paulo: Ática, 1987.

### GLÓSSARIO

Capitania: Designação das primeiras divisões administrativas do Brasil, cujos chefes tinham o título de capitão-mor.

Idade da pedra lascada: Período pré-histórico ou proto-histórico identificado com o estágio de civilização em que se encontravam os indígenas habitantes das terras do Brasil, em 1500.

Mameluco: Termo que designava, etnicamente, filho de índio com o branco colonizador – mestiço.

Aculturação: Termo que designa mudanças na cultura de dois ou mais grupos sociais ou étnicos quando postos em contato direto e contínuo. Contatos dessa natureza implicam geralmente a transmissão de certos elementos da cultura material e não material de uma sociedade a outra. É óbvio que os processos aculturativos afetam as pessoas que representam o substrato humano das culturas em contato.

Caramurus: Nome genérico que se dava, antigamente, durante o período do Brasil colônia, aos europeus colonizadores.

Nheengatu: Modalidade de língua indígena da costa brasileira, espécie de língua franca ou um tipo moderno de origem tupi, usada para fins de comunicação e/ou catequese. Os missionários jesuítas normalizaram e disciplinaram o “nheengatu” e passaram a chamar de língua geral. Nativa, indígena, “nheengatu” significavam a língua boa, isto é, veículo de comunicação facilitado entre as duas culturas em contato: a indígena e a portuguesa.